

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — *Presidente*
Luiz Fernando Ferreira Levy — *Vice-Presidente*

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Segunda-feira, 17 de outubro de 1994

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

Tem-se a nítida impressão de que o êxito do programa de estabilização deu um novo alento à criatividade dos técnicos do governo. Com a experiência adquirida nos postos que ocupam, vários deles vêm dedicando-se hoje a "pensar" uma nova forma de governar o País e surgem idéias que poderão ser de muito proveito para o futuro governo.

Uma das sugestões mais pertinentes é a de abandonar as tentativas de "controle" por parte do governo das 151 estatais ainda existentes. Não se trata, em absoluto, de renunciar ao programa de privatização. Ele vai continuar com mais força e o primeiro trabalho será naturalmente fazer uma triagem das empresas a desestatizar desde logo, as que poderão ser arrendadas ou, em caso extremo, aquelas que devem ser simplesmente extintas, se as circunstâncias assim o aconselharem. Mas, mesmo depois disso, permanecerá ainda na órbita do Estado um número significativo de empresas, todas elas de grande porte, que poderão ser flexibilizadas, sendo mais expostas à concorrência, mas nas quais o Tesouro Nacional não deixaria de ser o acionista majoritário.

Há mais de vinte anos, o governo vem pro-

curando conhecer, de verdade, as contas dessas empresas para poder avaliar melhor o seu desempenho e adequá-las a padrões administrativos comparáveis aos da iniciativa privada. Seria até ocioso mencionar as razões por que todas essas tentativas acabaram fracassando. O próprio presidente Itamar Franco reclamou, com insistência, da incapacidade da administração central de abrir a "caixa-preta" de algumas poderosas ilhas do arquipélago estatal.

Considerando esse controle efetivo das operações praticamente inatingível, mesmo com reforço dos mecanismos regulatórios, há algum tempo que se sugere que se façam contratos de gestão com essas estatais, sendo fixadas para elas metas de desempenho. Segundo proposta em estudo final na Secretaria do Planejamento, o governo, representado em todos os conselhos de administração das estatais, não deixará de coordenar as suas políticas de preços, tarifas, investimento e endividamento,

Econ - Brasil Controlar por dentro

bem como de estabelecer parâmetros salariais. Mas aboliria o Programa de Dispendios Globais (PDG) e o orçamento de investimentos dessas empresas, instrumentos que, como reconhecem os técnicos, são meramente formais, sem nenhuma influência gerencial decisiva.

Já seria um grande avanço, mas o novo governo poderia ir bem além. Também deveriam ter assento no conselho de administração dessas companhias representantes dos acionistas minoritários, cujo número tende a crescer, dos consumidores e - por que não? - dos funcionários. Claro, o governo, como acionista majoritário, deteria a maioria dos votos, de modo a não permitir desvios da política econômica em vigor. Mas a abertura não só seria mais democrática, como mais eficiente. Não precisaria existir, no Planejamento, um forte órgão controlador central. As tarifas, preços, salários, investimentos, endividamento, bem como qualquer fato importante inerente às

suas atividades, poderiam ser decididos no âmbito das próprias empresas. Este seria, efetivamente, um contrato de gestão, tornando as companhias abertas de fato, desobstruindo o caminho para que elas funcionem como se não pertencessem ao setor público.

Na Grã-Bretanha, esse modelo funcionou com pleno êxito, a tal ponto que empresas nas quais o governo conserva o controle através de "golden shares" deixaram de ser computadas para efeito de avaliar as necessidades de financiamento do setor público. Esse é o objetivo. No momento em que as estatais tidas como não privatizáveis estiverem sujeitas a um regime de concorrência e não necessitarem de aportes de recursos do Tesouro para suas atividades, o governo terá dado um gigantesco passo em direção à administração ordenada de suas finanças.

Pode a equipe econômica alegar que o País não está ainda preparado para passar a essa fase, o que pode ser procedente. Mas não temos dúvidas de que as estatais podem ser mais bem controladas por dentro, através de processos de mercado.